

2024

26 de abril de
2024

Boletim

Estatísticas Fiscais do Governo Geral

Resultados 2023 (anual e trimestral)

Ministério da Fazenda

Fernando Haddad

Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretaria do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretaria Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretaria de Planejamento Estratégico da Política Fiscal

David Rebelo Athayde

Coordenação Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenação de Suporte aos Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Coordenação de Suporte às Estatísticas Fiscais

Rafael Perez Marcos

Equipe Técnica

Ana Cristina Secchi Correia

Guilherme Ceccato

Karla de Lima Rocha

Marcos Henrique Benício Araújo

Vitor Henrique Barbosa Fabel

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional**Arte**

Hugo Pullen

Informações

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

**Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.*

Sumário

1. Resultados no Ano de 2023	4
1.1. Receita do Governo Geral.....	11
1.2. Despesa do Governo Geral	14
2. Resultado do 4º Trimestre de 2023	19
2.1. Receita do Governo Geral.....	22
2.2. Despesa do Governo Geral	24
3. Notas Metodológicas	28

Lista de Gráficos e Tabelas

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023	8
Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2022 e 2023	8
Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023	10
Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023	11
Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2022 e 2023	12
Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023	14
Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2022 e 2023	15
Tabela 8. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2023	20
Tabela 9. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2022 e 2023	20
Tabela 10. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023	21
Tabela 11. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023	22
Tabela 12. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2022 e 2023	23
Tabela 13. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023	24
Tabela 14. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2022 e 2023	25
Gráfico 1. Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023	9
Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023	9
Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023	11
Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023	12
Gráfico 5. Composição da receita de impostos do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023	12
Gráfico 6. Composição da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2023	13
Gráfico 7. Evolução da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023	15
Gráfico 8. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023	16
Gráfico 9. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023	16
Gráfico 10. Composição da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2023	17
Gráfico 11. Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023	17
Gráfico 12. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023	18
Gráfico 13. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023	18
Gráfico 14 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2022 e 2023	21
Gráfico 15. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023	22
Gráfico 16. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2022 e 2023	23
Gráfico 17. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023	23
Gráfico 18. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2022 e 2023	25
Gráfico 19. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023	26
Gráfico 20. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023	26
Gráfico 21. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2022 e 2023	27
Gráfico 22. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF ¹) do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2023	27

1. Resultados no Ano de 2023

O Boletim de Estatísticas Fiscais do Governo Geral¹ apresenta estatísticas das três esferas de governo (governo central, governos estaduais e municipais) consolidadas no setor governo geral, segundo a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*), e faz parte do esforço do Tesouro Nacional de convergência às melhores práticas internacionais². As despesas são apuradas pelo regime de competência³. Isso significa que o registro das despesas ocorre quando se cria uma obrigação para o governo, e não no momento do pagamento, o que quer dizer que, por exemplo, atrasos em pagamentos não impedem que a despesa seja registrada. A receita, por sua vez, é apurada pelo regime de caixa.

Em 2023, a necessidade líquida de financiamento⁴ do governo geral alcançou 7,6% do PIB, ante 4,0% do PIB registrado no ano anterior. Essa variação é explicada pelo aumento nominal de 12,7% da despesa em relação ao ano anterior ante um aumento de 3,1% da receita no mesmo período. A decomposição por esfera de governo da necessidade de financiamento de 7,6% do PIB do governo geral revela que esse valor deriva da necessidade de financiamento do governo central (6,9% do PIB) e dos governos estaduais (0,9% do PIB), parcialmente compensada por uma capacidade de financiamento dos governos municipais (0,2% do PIB). Para o governo central, esse resultado foi reflexo do aumento nominal de 11,5% da despesa e de 2,3% da receita, enquanto os governos estaduais registraram um aumento nominal de despesa e receita de 6,3% e 1,0%, respectivamente. Já a capacidade líquida de financiamento da ordem de 0,2% do PIB dos governos municipais é derivada de um aumento nominal de 13,5% na despesa e de 7,2% na receita em relação a 2022.

Em porcentagem do PIB, o total da receita do governo geral passou de 39,5% em 2022 para 37,8% em 2023. Essa diminuição de 1,68 p.p. do PIB reflete uma redução na receita de impostos (0,77 p.p. do PIB), bem como na arrecadação de contribuições sociais e de outras receitas (0,06 e 0,85 p.p. do PIB,

¹ Os resultados das Estatísticas Fiscais Trimestrais apresentados neste Boletim não substituem outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como as estatísticas fiscais do Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, que observam aspectos metodológicos específicos.

² <https://www.imf.org/external/np/sta/gfsm/>

³ A apuração da despesa pelo regime de competência corresponde ao conceito de despesa liquidada incluída a liquidação de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores.

⁴ Nas Estatísticas de Finanças Públicas, há uma necessidade líquida de financiamento quando a diferença entre a receita e a despesa é negativa. No caso de um resultado positivo, existe uma capacidade líquida de financiamento.

respectivamente). No que se refere à arrecadação de impostos pelo governo central, essa redução foi impulsionada pela diminuição em impostos sobre a renda, lucro e ganhos de capital, que passou de 9,0% para 8,7% do PIB, explicado principalmente pela queda na arrecadação do governo central com IRPJ e CSLL. Na esfera estadual a redução da receita deveu-se basicamente à diminuição de 0,44 p.p. do PIB do ICMS no ano de 2023, influenciada por medidas implementadas ainda em 2022, como a Lei Complementar nº 194, que estabeleceu limites para as alíquotas de ICMS sobre os bens e serviços relativos a combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, além de isenções e mudanças na incidência do imposto, como a exclusão de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica da base de cálculo do tributo. Essa redução na arrecadação do imposto persistiu em 2023, apesar do ajuste promovido por algumas unidades federadas em suas alíquotas de ICMS, com a entrada em vigor da alíquota *ad rem* para combustíveis, com valores fixos por unidade de medida e uniformes em todo o território nacional.

Por sua vez, a despesa total governo geral registrou aumento em termos de porcentagem do PIB, ao passar de 43,4% do PIB no ano anterior para 45,4% do PIB em 2023. Os gastos, por sua vez, passaram de 43,0% do PIB em 2022 para 45,0% do PIB em 2023. Ressalte-se o crescimento de 1,24 p.p. do PIB do gasto com benefícios previdenciários e assistenciais. Esse comportamento foi influenciado, sobretudo, pelo aumento nos pagamentos de sentenças judiciais e precatórios em 2023 pelo governo central (julgamento do Superior Tribunal Federal das Ações Diretas de Inconstitucionalidade - ADIs nº 7.064 e nº 7.047). Além disso, outros fatores que influenciaram o aumento da despesa com benefícios previdenciários foram: i) aumento de 2,8% no número de beneficiários do RGPS entre novembro de 2022 e novembro de 2023 de acordo com o Boletim Estatístico da Previdência Social; e ii) crescimento real de 1,4% do salário-mínimo em 2023, conforme Medida Provisória nº 1.143/2022, e posterior aumento previsto na Medida Provisória nº 1.172/2023 (convertida na Lei nº 14.663/2023).

Já o investimento líquido do governo geral, que corresponde à aquisição de ativos fixos deduzida de suas vendas e do consumo de capital fixo, se manteve estável em 0,4% do PIB em 2023. Esse resultado marcou o segundo ano consecutivo em que o investimento líquido do governo geral registrou um valor positivo, o que antes de 2022 não ocorria desde 2015. Isso é explicado pelos investimentos realizados pelos governos estaduais e municipais em projetos de infraestrutura, por exemplo, conservação e manutenção da malha viária, ampliação de frota e estruturação das edificações públicas. Na decomposição por esfera de governo, observa-se que o investimento líquido dos governos estaduais e municipais foram de 0,2% e 0,4% do PIB, respectivamente, enquanto o governo central registrou investimento líquido negativo de 0,2% do PIB.

Ressalte-se que os dados que compõem este boletim, assim como a série de tempo, estão disponíveis no endereço: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Importante destacar que a partir desta edição foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos metodológicos: i) alteração do tratamento estatístico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Remanescente do PIS-PASEP, com a mudança de setorização para o setor corporações públicas financeiras e, consequentemente, a exclusão de seus fluxos das estatísticas fiscais do governo geral; ii) revisão do tratamento da contribuição social imputada, rubrica da despesa que reflete o aumento das obrigações previdenciárias do governo frente a seus trabalhadores. Ela corresponde à parcela do aumento do passivo atuarial no período que não é coberta pelas contribuições sociais efetivas ou explicada por outros fluxos econômicos. Em virtude da atual dificuldade de registro do passivo previdenciário nas estatísticas fiscais, a partir desta publicação, optou-se por não registrar as contribuições sociais imputadas dos empregadores, tendo em vista que a forma atual de registro não reflete o cálculo atuarial dos direitos pensionários; e iii) introdução de novas tabelas de apresentação das estatísticas de finanças públicas em arquivos separados por esferas: Demonstrativos GG (governo geral), Demonstrativos GCO (governo central orçamentário), Demonstrativos GE (governos estaduais) e Demonstrativos GM (governos municipais). Essa alteração foi acompanhada da ampliação das aberturas dos dados trimestrais para os governos estaduais e municipais. Todas essas mudanças foram implementadas para toda a série histórica, garantindo a consistência intertemporal das informações.

Estes aperfeiçoamentos metodológicos estão detalhados na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Tabela 1. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolida- ção	Governo Central consoli- dado				
1. Receita	2.778.647	0	0	2.778.647	1.359.352	1.123.070	-1.157.192	4.103.878
d/q 1411. Juros	307.226	0	0	307.226	22.382	43.412	-91.440	281.579
2M. Despesa (2+31)	3.530.312	0	0	3.530.312	1.455.850	1.105.045	-1.157.192	4.934.016
2. Gasto	3.549.434	0	0	3.549.434	1.437.675	1.060.744	-1.157.192	4.890.661
d/q 23. Consumo de capital fixo	45.289	0	0	45.289	59.843	58.627	0	163.758
d/q 24. Juros	856.764	0	0	856.764	116.138	8.905	-91.440	890.366
31. Investimento líquido	-19.122	0	0	-19.122	18.175	44.301	0	43.354
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-751.664	0	0	-751.664	-96.498	18.024	0	-830.138
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-202.127	0	0	-202.127	-2.742	-16.482	0	-221.351
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	30.128	0	0	30.128	77.800	101.547	0	209.475
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-725.498	0	0	-725.498	-18.480	120.952	0	-623.026
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-770.786	0	0	-770.786	-78.323	62.325	0	-786.784

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 2. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2022 e 2023
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2022	2023	Diferença	Var. %
1. Receita	3.979.520	4.103.878	124.357	3,12%
d/q 1411. Juros	279.508	281.579	2.072	0,74%
2M. Despesa (2+31)	4.379.149	4.934.016	554.867	12,67%
2. Gasto	4.339.218	4.890.661	551.444	12,71%
d/q 23. Consumo de capital fixo	156.144	163.758	7.614	4,88%
d/q 24. Juros	810.673	890.366	79.693	9,83%
31. Investimento líquido	39.931	43.354	3.423	8,57%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-399.628	-830.138	-430.509	107,73%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	131.537	-221.351	-352.888	-268,28%
Itens de memorando:				
1. Investimento bruto em ativos fixos (FBCF)	198.276	209.475	11.199	5,65%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-203.554	-623.026	-419.472	206,07%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-359.698	-786.784	-427.086	118,73%

Gráfico 1. Necessidade de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

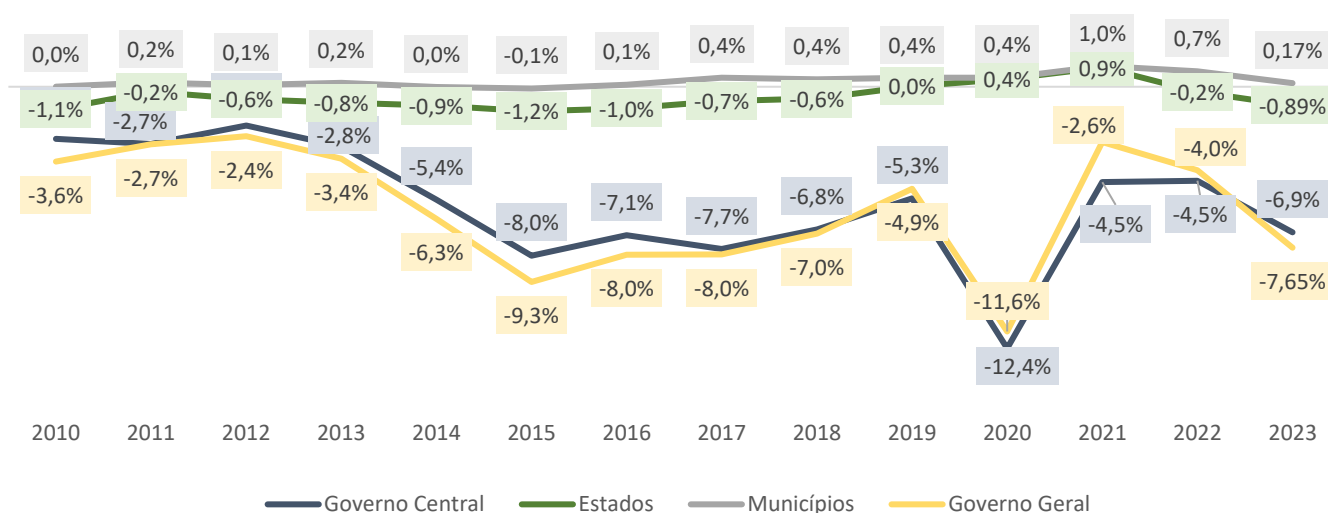


Gráfico 2. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

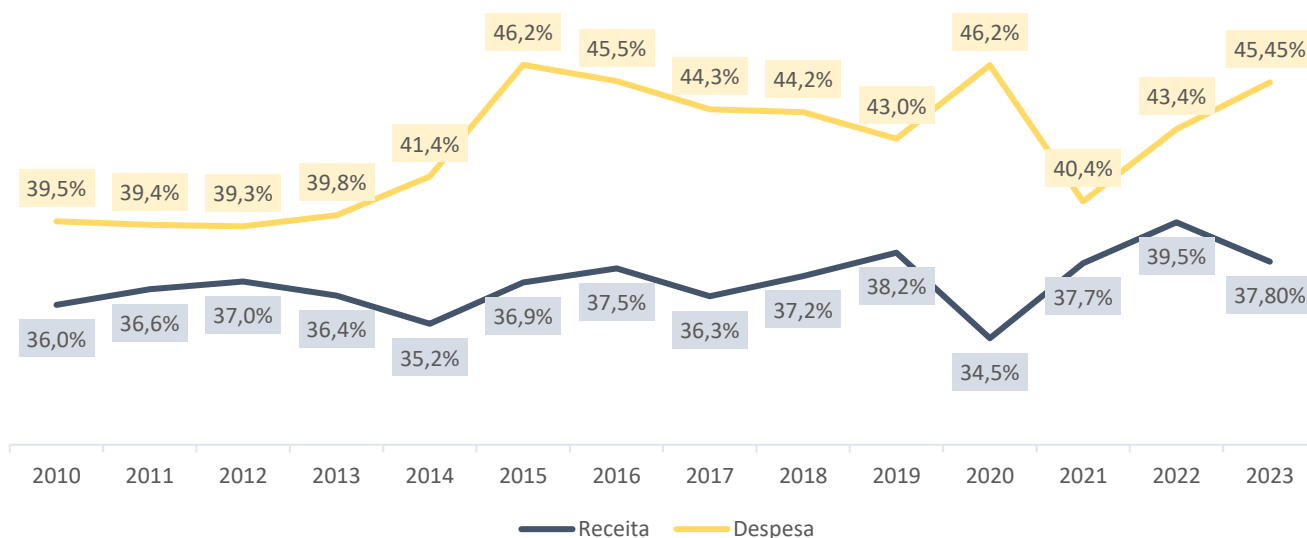


Tabela 3. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023
Dados em: % do PIB
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolida- ção	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolida- ção	Governo Central consoli- dado				
1. Receita	25,6%	0,0%	0,0%	25,6%	12,5%	10,3%	-10,7%	37,8%
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>2,8%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>2,8%</i>	<i>0,2%</i>	<i>0,4%</i>	<i>-0,8%</i>	<i>2,6%</i>
2M. Despesa (2+31)	32,5%	0,0%	0,0%	32,5%	13,4%	10,2%	-10,7%	45,4%
2. Gasto	32,7%	0,0%	0,0%	32,7%	13,2%	9,8%	-10,7%	45,0%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>0,4%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,4%</i>	<i>0,6%</i>	<i>0,5%</i>	<i>0,0%</i>	<i>1,5%</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>7,9%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>7,9%</i>	<i>1,1%</i>	<i>0,1%</i>	<i>-0,8%</i>	<i>8,2%</i>
31. Investimento líquido	-0,2%	0,0%	0,0%	-0,2%	0,2%	0,4%	0,0%	0,4%
<i>311. Ativos fixos</i>	<i>-0,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-0,1%</i>	<i>0,2%</i>	<i>0,4%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,4%</i>
<i>312. Estoques</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>
<i>313. Objetos de valor</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>
<i>314. Ativos não produzidos</i>	<i>-0,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-0,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-0,1%</i>
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-6,9%	0,0%	0,0%	-6,9%	-0,9%	0,2%	0,0%	-7,6%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-1,9%	0,0%	0,0%	-1,9%	0,0%	-0,2%	0,0%	-2,0%
Itens de memorando:								
<i>1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)</i>	<i>0,3%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,3%</i>	<i>0,7%</i>	<i>0,9%</i>	<i>0,0%</i>	<i>1,9%</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-6,7%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-6,7%</i>	<i>-0,2%</i>	<i>1,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-5,7%</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-7,1%</i>	<i>0,0%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-7,1%</i>	<i>-0,7%</i>	<i>0,6%</i>	<i>0,0%</i>	<i>-7,2%</i>

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

1.1. Receita do Governo Geral

Tabela 4. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	2.778.647	0	0	2.778.647	1.359.352	1.123.070	-1.157.192	4.103.878
11. Impostos	1.537.122	0	0	1.537.122	829.964	227.554	0	2.594.640
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	940.444	0	0	940.444	0	0	0	940.444
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	33.550	0	0	33.550	0	0	0	33.550
113. Impostos sobre a propriedade	3.062	0	0	3.062	96.219	86.809	0	186.090
114. Impostos sobre bens e serviços	501.553	0	0	501.553	733.745	140.745	0	1.376.042
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	58.514	0	0	58.514	0	0	0	58.514
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	644.263	0	0	644.263	107.478	54.779	0	806.521
13. Transferências / Doações	1.767	0	0	1.767	312.345	751.664	-1.065.751	24
14. Outras receitas	595.496	0	0	595.496	109.565	89.073	-91.440	702.693
1411. Juros	307.226	0	0	307.226	22.382	43.412	-91.440	281.579
14x. Demais	288.270	0	0	288.270	87.183	45.661	0	421.114

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 3. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

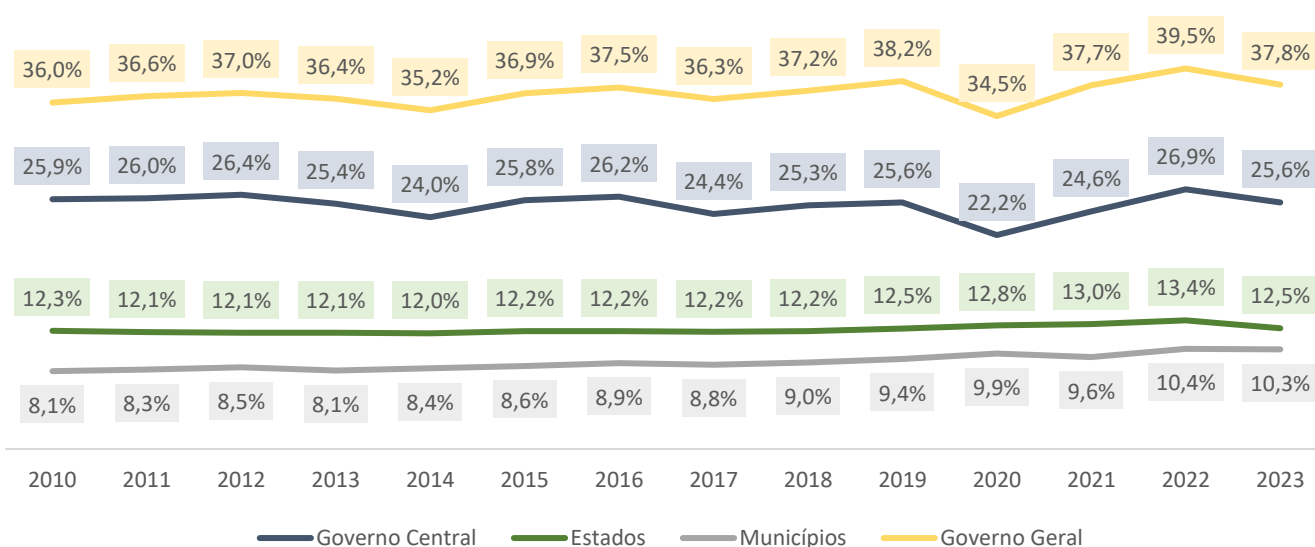


Tabela 5. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2022 e 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2022	2023	Diferença	Var. %
1. Receita	3.979.520	4.103.878	124.357	3,12%
11. Impostos	2.487.125	2.594.640	107.514	4,32%
12. Contribuições sociais	754.703	806.521	51.818	6,87%
13. Transferências / Doações	22	24	2	7,30%
14. Outras receitas	737.670	702.693	-34.976	-4,74%

Gráfico 4. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

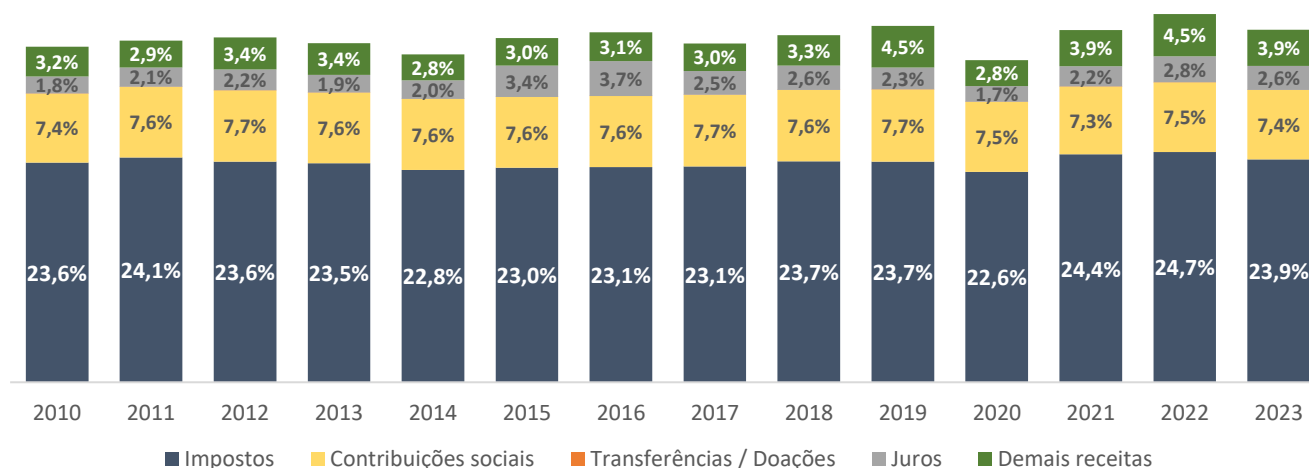


Gráfico 5. Composição da receita de impostos do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

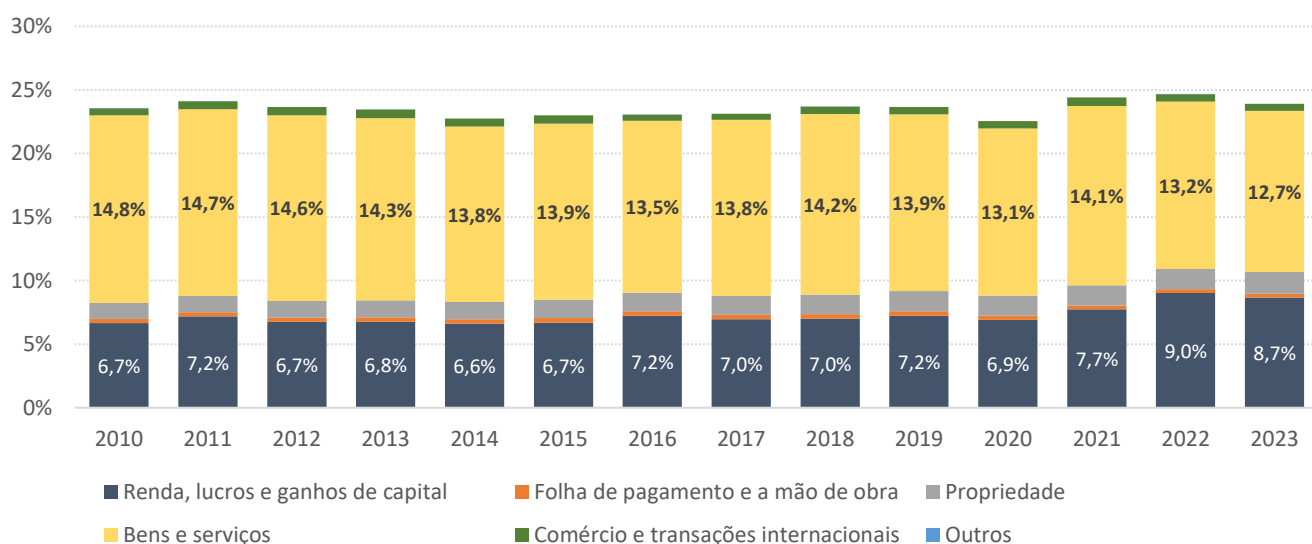
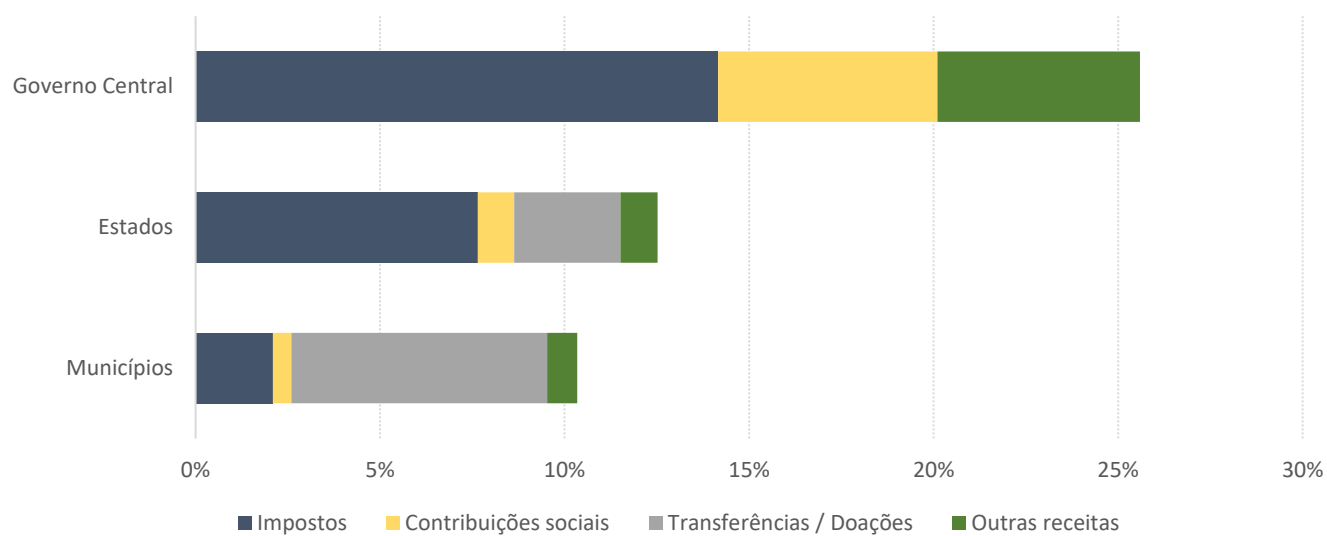


Gráfico 6. Composição da receita por esfera de governo - Brasil - Anual - 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



1.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 6. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	3.530.312	0	0	3.530.312	1.455.850	1.105.045	-1.157.192	4.934.016
2. Gasto	3.549.434	0	0	3.549.434	1.437.675	1.060.744	-1.157.192	4.890.661
21. Remuneração de empregados	233.020	0	0	233.020	470.001	472.188	0	1.175.208
22. Uso de bens e serviços	81.025	0	0	81.025	188.023	330.622	0	599.670
23. Consumo de capital fixo	45.289	0	0	45.289	59.843	58.627	0	163.758
24. Juros	856.764	0	0	856.764	116.138	8.905	-91.440	890.366
25. Subsídios	17.282	0	0	17.282	3.144	8.685	0	29.110
26. Transferências / Doações	808.547	0	0	808.547	256.757	5.316	-1.065.751	4.869
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.442.788	0	0	1.442.788	262.411	82.522	0	1.787.721
28. Outros gastos	64.720	0	0	64.720	81.359	93.880	0	239.960
31. Investimento líquido	-19.122	0	0	-19.122	18.175	44.301	0	43.354
311. Ativos fixos	-15.161	0	0	-15.161	17.958	42.920	0	45.717
312. Estoques	1.562	0	0	1.562	217	1.381	0	3.160
313. Objetos de valor	20	0	0	20	0	0	0	20
314. Ativos não produzidos	-5.542	0	0	-5.542	0	0	0	-5.543
Itens de memorando								
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	32.401	0	0	32.401	78.375	105.173	0	215.949
31.2. Venda de ativos não financeiros	6.234	0	0	6.234	357	2.245	0	8.836
31.3. Consumo de capital fixo	45.289	0	0	45.289	59.843	58.627	0	163.758

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 7. Evolução da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

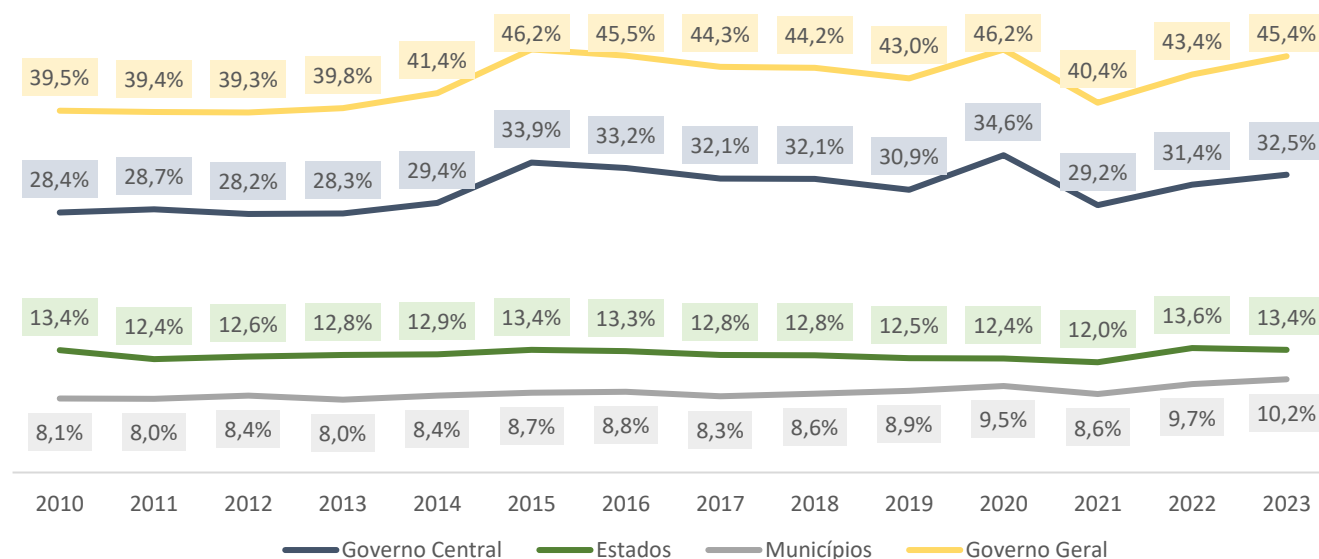


Tabela 7. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - Anual - 2022 e 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2022	2023	Diferença	Variação %
2M. Despesa (2+31)	4.379.149	4.934.016	554.867	12,67%
2. Gasto	4.339.218	4.890.661	551.444	12,71%
21. Remuneração de empregados	1.067.756	1.175.208	107.452	10,06%
22. Uso de bens e serviços	542.409	599.670	57.261	10,56%
23. Consumo de capital fixo	156.144	163.758	7.614	4,88%
24. Juros	810.673	890.366	79.693	9,83%
25. Subsídios	27.140	29.110	1.970	7,26%
26. Transferências / Doações	2.381	4.869	2.488	104,48%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	1.534.847	1.787.721	252.873	16,48%
28. Outros gastos	197.867	239.960	42.093	21,27%
31. Investimento líquido	39.931	43.354	3.423	8,57%
311. Ativos fixos	42.132	45.717	3.584	8,51%
312. Estoques	2.225	3.160	935	42,04%
313. Objetos de valor	18	20	2	9,21%
314. Ativos não produzidos	-4.445	-5.543	-1.098	24,70%
Itens de memorando				
Aquisição de ativos não financeiros	42.132	45.717	3.584	8,51%
Venda de ativos não financeiros	2.225	3.160	935	42,04%
Consumo de capital fixo	18	20	2	9,21%

Gráfico 8. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

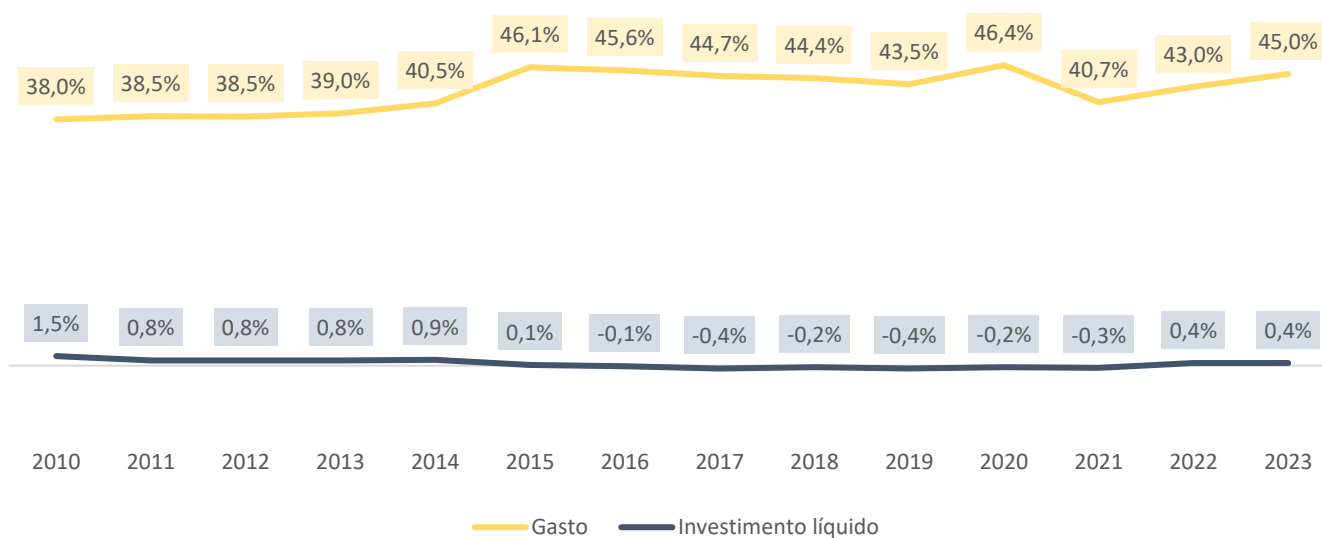
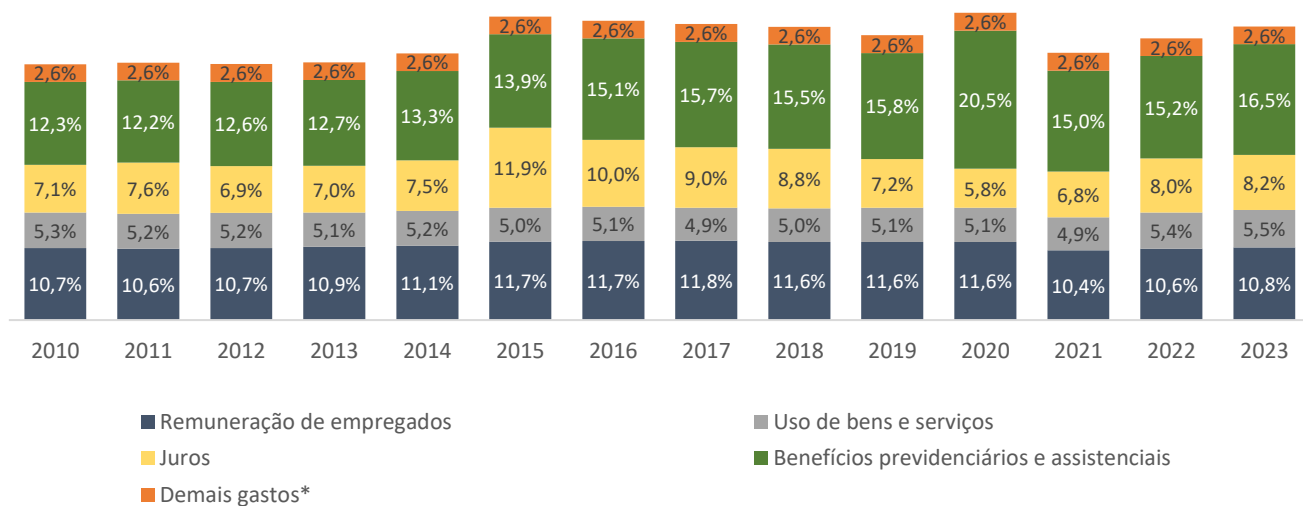


Gráfico 9. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

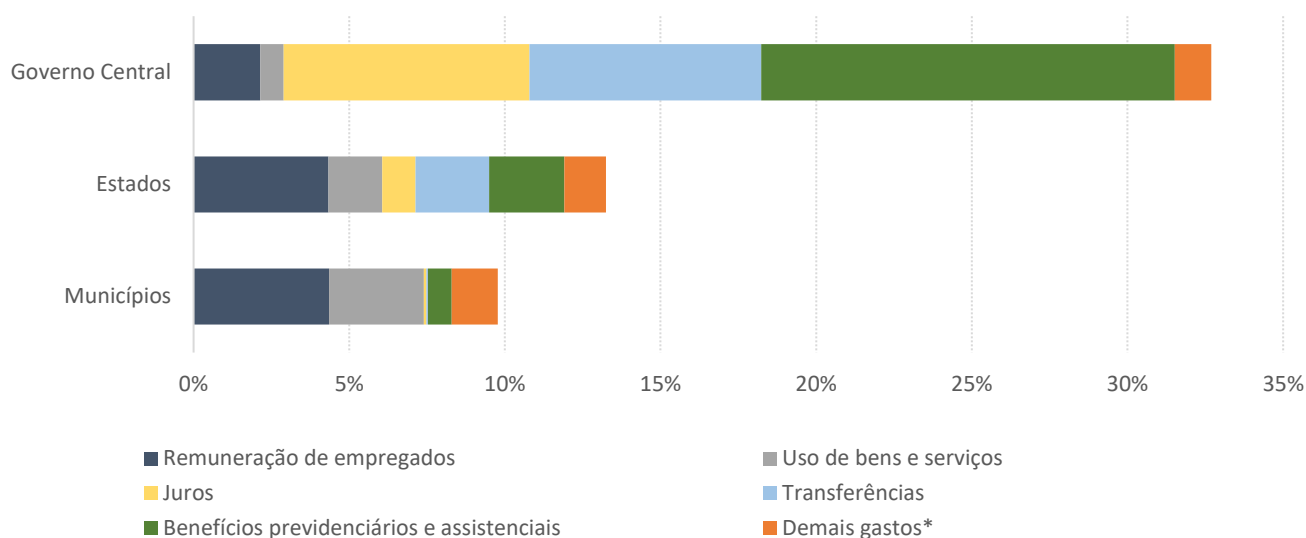


* Inclui os gastos de subsídios, consumo de capital fixo e outros gastos.

Gráfico 10. Composição da despesa por esfera de governo - Brasil - Anual - 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



* Inclui os gastos de subsídios, consumo de capital fixo e outros gastos.

Gráfico 11. Evolução do investimento líquido, consumo de capital fixo e investimento bruto do Governo Geral - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

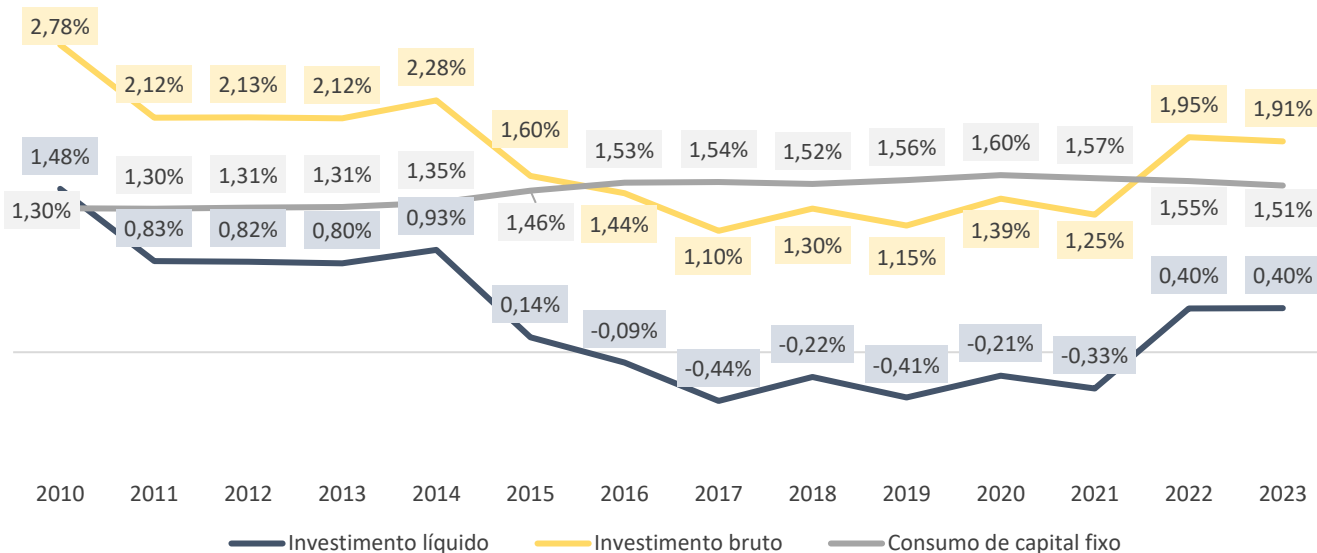


Gráfico 12. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - Anual - 2010 a 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

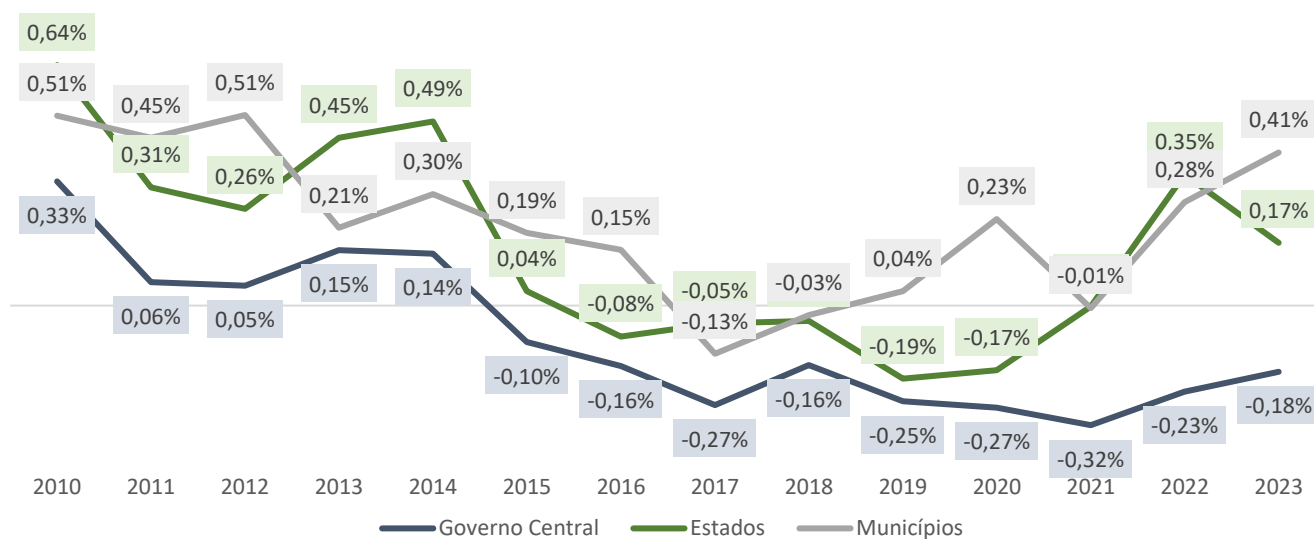
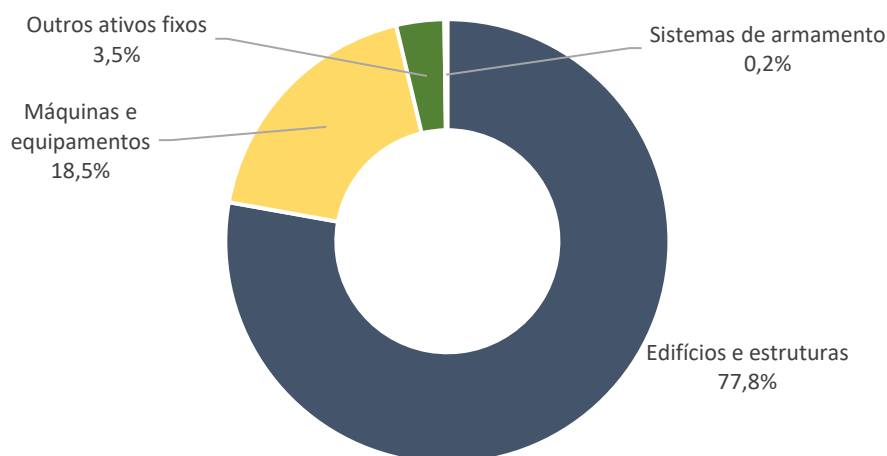


Gráfico 13. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral - Brasil - Anual - 2023

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo

2. Resultado do 4º Trimestre de 2023

No 4º trimestre de 2023, a necessidade líquida de financiamento do governo geral alcançou 11,8% do PIB, ante 7,3% do PIB no mesmo período do ano anterior. Esse resultado se deve ao aumento nominal de 16,8% da despesa do governo geral em relação ao mesmo período de 2022, parcialmente compensado pelo crescimento nominal de 6,0% da receita.

Em termos de porcentagem do PIB, a receita diminuiu 0,43 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior, passando de 38,5% para 38,1% do PIB no 4º trimestre de 2023, apesar do aumento de receita de impostos de 0,45 p.p do PIB. Esse resultado se deve à diminuição da arrecadação de outras receitas, que passou de 6,5% do PIB para 5,6% do PIB. Essa redução foi impactada pela redução de 0,38 p.p do PIB da receita com juros, o que foi influenciado pela diminuição da rentabilidade dos ativos do governo central.

A despesa total do governo geral totalizou 49,9% do PIB no 4º trimestre de 2023, o que representa um aumento de 4,1 p.p. do PIB em relação ao mesmo período do ano anterior, quando alcançou 45,8% do PIB. Os gastos passaram de 44,8% do PIB no quarto trimestre de 2022 para 49,0% do PIB no mesmo trimestre de 2023 enquanto o investimento líquido passou de 1,1% do PIB para 1,0% do PIB no mesmo período.

No que se refere aos gastos, destaque para os benefícios previdenciários e assistenciais, que apresentaram elevação de 2,85 p.p. do PIB, influenciado pelo pagamento de precatórios conforme destacado na análise anual. Além disso, destacam-se os gastos com uso de bens e serviços e outros gastos, que aumentaram 0,57 e 0,64 p.p. do PIB, respectivamente. As outras contas permaneceram estáveis ou tiveram pequeno decréscimo no 4º trimestre de 2023 quando comparado ao mesmo período de 2022.

O resultado do investimento líquido, por sua vez, é explicado pela diminuição do investimento em ativos fixos e ativos não produzidos (-0,13 e -0,01 p.p. do PIB, respectivamente), parcialmente compensado por um aumento de estoque (0,02 p.p. do PIB).

A decomposição por esfera de governo da necessidade de financiamento de 11,8% do PIB do governo geral indica que esse valor deriva da necessidade de financiamento das três esferas de governo (9,5%, 2,0% e 0,3% do PIB, para governos central, estaduais e municipais, respectivamente) no último trimestre de 2023.

Tabela 8. Demonstrativo de operações do Governo Geral - 4º Trimestre de 2023
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolida- ção	Governo Central consoli- dado				
1. Receita	730.716	0	0	730.716	366.145	317.423	-335.649	1.078.635
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>71.210</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>71.210</i>	<i>4.877</i>	<i>11.062</i>	<i>-23.395</i>	<i>63.753</i>
2M. Despesa (2+31)	999.078	0	0	999.078	423.529	327.135	-335.649	1.414.093
2. Gasto	1.000.714	0	0	1.000.714	413.536	308.009	-335.649	1.386.610
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>11.640</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>11.640</i>	<i>15.380</i>	<i>15.068</i>	<i>0</i>	<i>42.088</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>214.015</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>214.015</i>	<i>29.446</i>	<i>2.326</i>	<i>-23.395</i>	<i>222.392</i>
31. Investimento líquido	-1.636	0	0	-1.636	9.993	19.126	0	27.483
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-268.362	0	0	-268.362	-57.384	-9.712	0	-335.458
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-125.557	0	0	-125.557	-32.815	-18.448	0	-176.820
Itens de memorando:								
<i>1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)</i>	<i>11.013</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>11.013</i>	<i>25.321</i>	<i>33.756</i>	<i>0</i>	<i>70.090</i>
<i>2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)</i>	<i>-258.358</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-258.358</i>	<i>-32.011</i>	<i>24.482</i>	<i>0</i>	<i>-265.888</i>
<i>3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)</i>	<i>-269.998</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	<i>-269.998</i>	<i>-47.391</i>	<i>9.414</i>	<i>0</i>	<i>-307.976</i>

(1). O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais.

Tabela 9. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2022 e 2023
Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes
Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações - Governo Geral	2022.IV	2023.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	1.017.599	1.078.635	61.036	6,00%
<i>d/q 1411. Juros</i>	<i>69.445</i>	<i>63.753</i>	<i>-5.692</i>	<i>-8,20%</i>
2M. Despesa (2+31)	1.211.077	1.414.093	203.016	16,76%
2. Gasto	1.182.309	1.386.610	204.302	17,28%
<i>d/q 23. Consumo de capital fixo</i>	<i>39.981</i>	<i>42.088</i>	<i>2.107</i>	<i>5,27%</i>
<i>d/q 24. Juros</i>	<i>211.931</i>	<i>222.392</i>	<i>10.460</i>	<i>4,94%</i>
31. Investimento líquido	28.769	27.483	-1.286	-4,47%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2M)	-193.478	-335.458	-141.980	73,38%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) -(2M-24))	-50.993	-176.820	-125.828	246,76%

Tabela 10. Demonstrativo de operações do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023

Dados em: % do PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

Demonstrativo de operações – Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamen- tário	Extraorça- mentário	Coluna de consolidação	Governo Cen- tral consoli- dado				
1. Receita	25,8%	0,0%	0,0%	25,8%	12,9%	11,2%	-11,9%	38,1%
d/q 1411. Juros	2,5%	0,0%	0,0%	2,5%	0,2%	0,4%	-0,8%	2,3%
2M. Despesa (2+31)	35,3%	0,0%	0,0%	35,3%	15,0%	11,6%	-11,9%	49,9%
2. Gasto	35,3%	0,0%	0,0%	35,3%	14,6%	10,9%	-11,9%	49,0%
d/q 23. Consumo de capital fixo	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%	0,5%	0,5%	0,0%	1,5%
d/q 24. Juros	7,6%	0,0%	0,0%	7,6%	1,0%	0,1%	-0,8%	7,9%
31. Investimento líquido	-0,1%	0,0%	0,0%	-0,1%	0,4%	0,7%	0,0%	1,0%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1- 2M)	-9,5%	0,0%	0,0%	-9,5%	-2,0%	-0,3%	0,0%	-11,8%
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento primária ((1-1411) - (2M-24))	-4,4%	0,0%	0,0%	-4,4%	-1,2%	-0,7%	0,0%	-6,2%
Itens de memorando:								
1. Investimento bruto em ativos fi- xos (FBCF)	0,4%	0,0%	0,0%	0,4%	0,9%	1,2%	0,0%	2,5%
2. Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	-9,1%	0,0%	0,0%	-9,1%	-1,1%	0,9%	0,0%	-9,4%
3. Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	-9,5%	0,0%	0,0%	-9,5%	-1,7%	0,3%	0,0%	-10,9%

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Gráfico 14 - Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento líquida por esfera de governo - Brasil - 2022 e 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

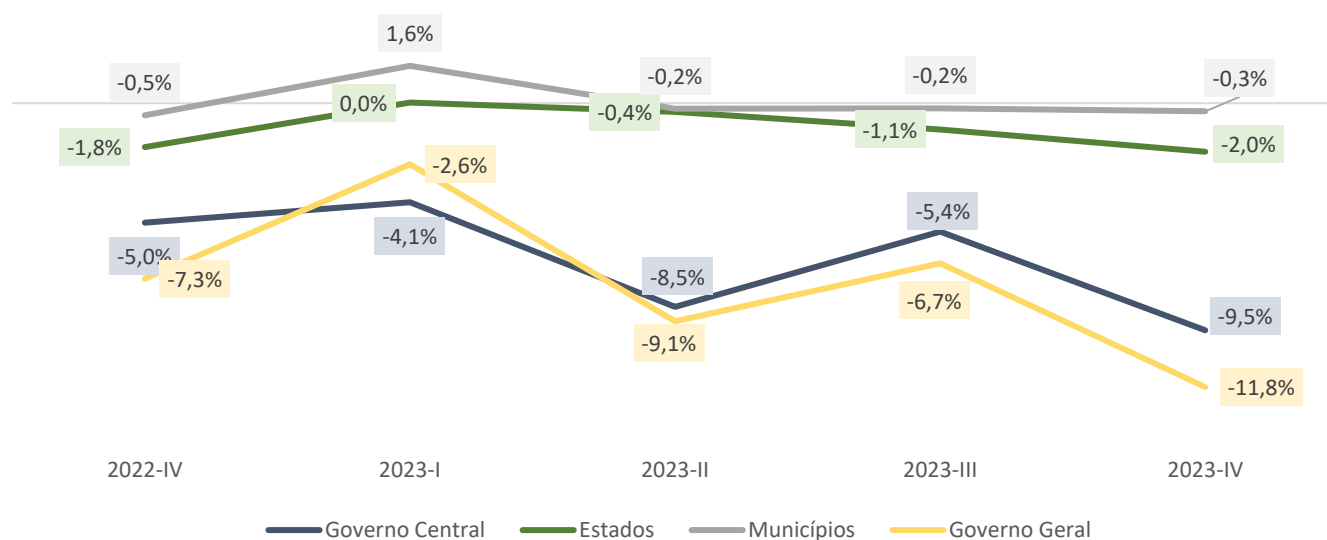
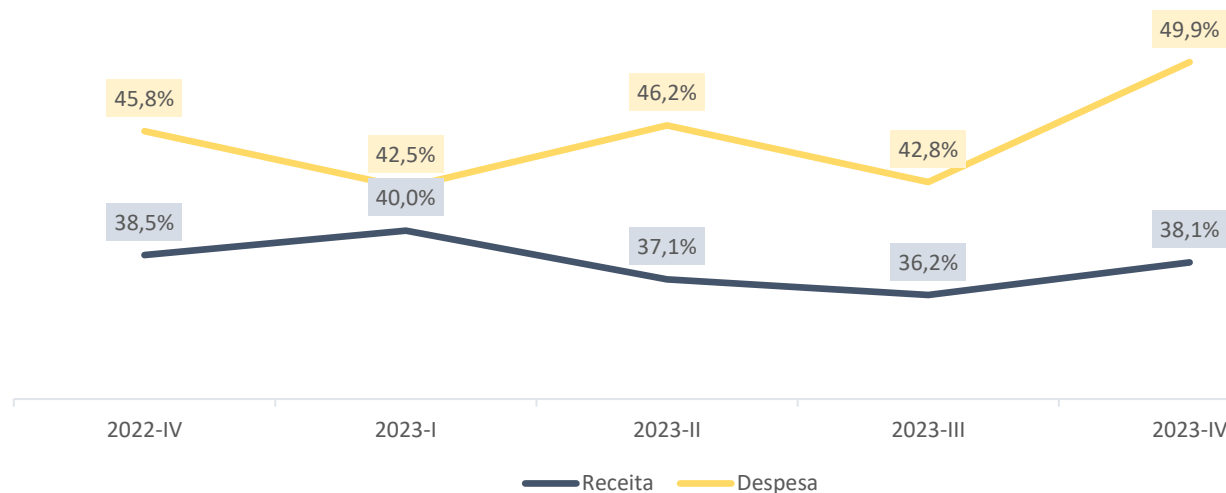


Gráfico 15. Receita e despesa do Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2.1. Receita do Governo Geral

Tabela 11. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
1. Receita	730.716	0	0	730.716	366.145	317.423	-335.649	1.078.635
11. Impostos	412.007	0	0	412.007	212.572	55.818	0	680.397
111. Impostos sobre renda, lucros e ganhos de capital	254.689	0	0	254.689	0	0	0	254.689
112. Impostos sobre a folha de pagamento e a mão de obra	10.115	0	0	10.115	0	0	0	10.115
113. Impostos sobre a propriedade	691	0	0	691	15.256	17.171	0	33.118
114. Impostos sobre bens e serviços	132.925	0	0	132.925	197.316	38.647	0	368.889
115. Impostos sobre o comércio e transações internacionais	13.586	0	0	13.586	0	0	0	13.586
116. Outros impostos	0	0	0	0	0	0	0	0
12. Contribuições sociais	188.209	0	0	188.209	33.341	17.757	0	239.308
13. Transferências / Doações	511	0	0	511	91.068	220.688	-312.254	13
14. Outras receitas	129.989	0	0	129.989	29.164	23.160	-23.395	158.917
1411. Juros	71.210	0	0	71.210	4.877	11.062	-23.395	63.753
14x. Demais	58.779	0	0	58.779	24.287	12.098	0	95.164

(1) O resultado consolidado do governo geral exclui as transferências e juros intergovernamentais

Tabela 12. Demonstrativo da receita do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2022 e 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Receita do Governo Geral	2022.IV	2023.IV	Diferença	Var. %
1. Receita	1.017.599	1.078.635	61.036	6,00%
11. Impostos	622.966	680.397	57.430	9,22%
12. Contribuições sociais	223.861	239.308	15.447	6,90%
13. Transferências / Doações	8	13	6	75,18%
14. Outras receitas	170.764	158.917	-11.847	-6,94%

Gráfico 16. Evolução da receita por esfera de governo - Brasil - 2022 e 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

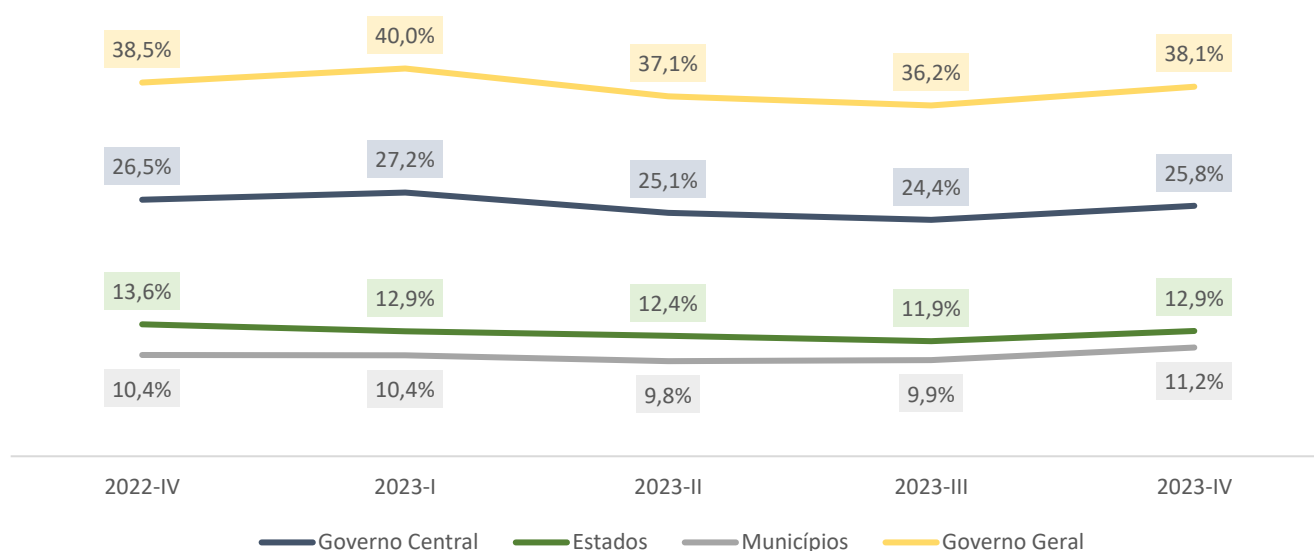
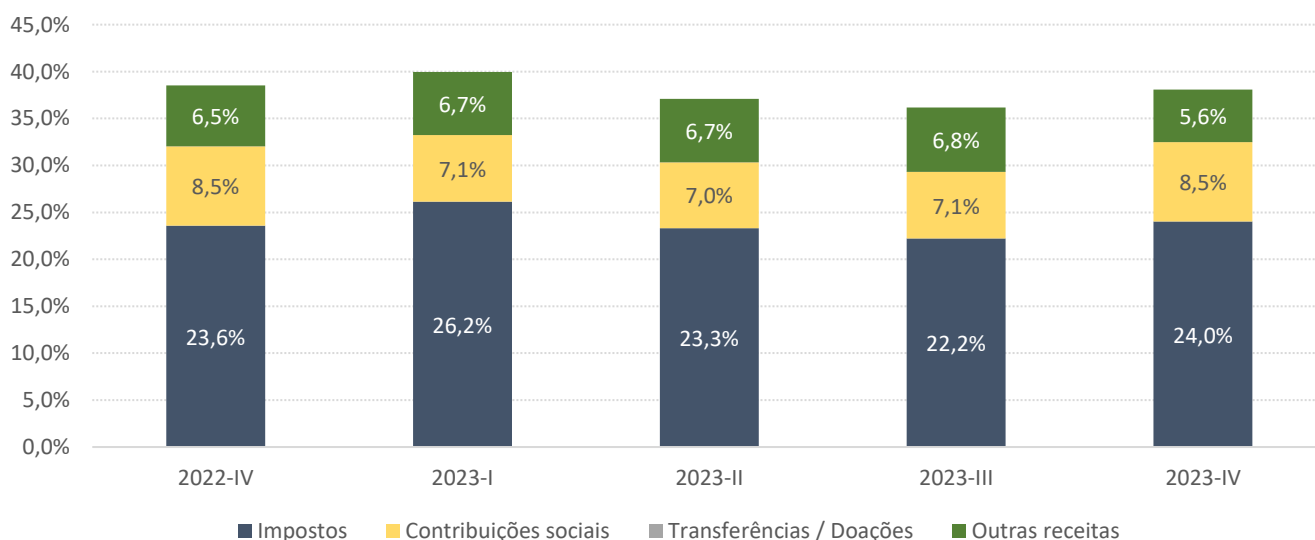


Gráfico 17. Composição da receita do Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB



2.2. Despesa do Governo Geral

Tabela 13. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	Governo Central				Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de consolidação	Governo Geral ¹
	Orçamentário	Extraorçamentário	Coluna de consolidação	Governo Central consolidado				
2M. Despesa (2+31)	999.078	0	0	999.078	423.529	327.135	-335.649	1.414.093
2. Gasto	1.000.714	0	0	1.000.714	413.536	308.009	-335.649	1.386.610
21. Remuneração de empregados	73.330	0	0	73.330	141.094	138.937	0	353.362
22. Uso de bens e serviços	31.006	0	0	31.006	59.801	95.905	0	186.713
23. Consumo de capital fixo	11.640	0	0	11.640	15.380	15.068	0	42.088
24. Juros	214.015	0	0	214.015	29.446	2.326	-23.395	222.392
25. Subsídios	3.324	0	0	3.324	1.306	2.233	0	6.863
26. Transferências / Doações	245.328	0	0	245.328	67.908	1.621	-312.254	2.603
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	398.569	0	0	398.569	73.264	25.991	0	497.824
28. Outros gastos	23.501	0	0	23.501	25.337	25.927	0	74.766
31. Investimento líquido²	-1.636	0	0	-1.636	9.993	19.126	0	27.483
311 Ativos fixos	-626	0	0	-626	9.941	18.688	0	28.002
312 Estoques	1.049	0	0	1.049	52	439	0	1.539
313 Objetos de valor	6	0	0	6	0	0	0	6
314 Ativos não produzidos	-2.065	0	0	-2.065	0	0	0	-2.065
Itens de memorando								
31.1. Aquisição de ativos não financeiros	32.401	0	0	32.401	78.375	105.173	0	215.949
31.2. Venda de ativos não financeiros	6.234	0	0	6.234	357	2.245	0	8.836
31.3. Consumo de capital fixo	45.289	0	0	45.289	59.843	58.627	0	163.758

(1) O resultado consolidado do Governo Geral exclui as transferências e juros intergovernamentais. (2) Investimento líquido em ativos não financeiros corresponde a aquisição menos a venda de ativos não financeiros menos o consumo de capital fixo.

Tabela 14. Demonstrativo da despesa do Governo Geral - Brasil - 4º Trimestre de 2022 e 2023

Dados em: R\$ Milhões - Valores correntes

Fonte: STN, IBGE e BCB

Despesa do Governo Geral	2022.IV	2023.IV	Diferença	Var. %
2M. Despesa (2+31)	1.211.077	1.414.093	203.016	16,76%
2. Gasto	1.182.309	1.386.610	204.302	17,28%
21. Remuneração de empregados	321.696	353.362	31.666	9,84%
22. Uso de bens e serviços	159.186	186.713	27.527	17,29%
23. Consumo de capital fixo	39.981	42.088	2.107	5,27%
24. Juros	211.931	222.392	10.460	4,94%
25. Subsídios	5.961	6.863	902	15,14%
26. Transferências / Doações	1.517	2.603	1.086	71,58%
27. Benefícios previdenciários e assistenciais	389.094	497.824	108.730	27,94%
28. Outros gastos	52.943	74.766	21.823	41,22%
31. Investimento líquido	28.769	27.483	-1.286	-4,47%
311 Ativos fixos	29.575	28.002	-1.573	-5,32%
312 Estoques	917	1.539	622	67,83%
313 Objetos de valor	5	6	1	26,66%
314 Ativos não produzidos	-1.728	-2.065	-336	19,47%

Gráfico 18. Evolução das despesas por esfera de governo - Brasil - 2022 e 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

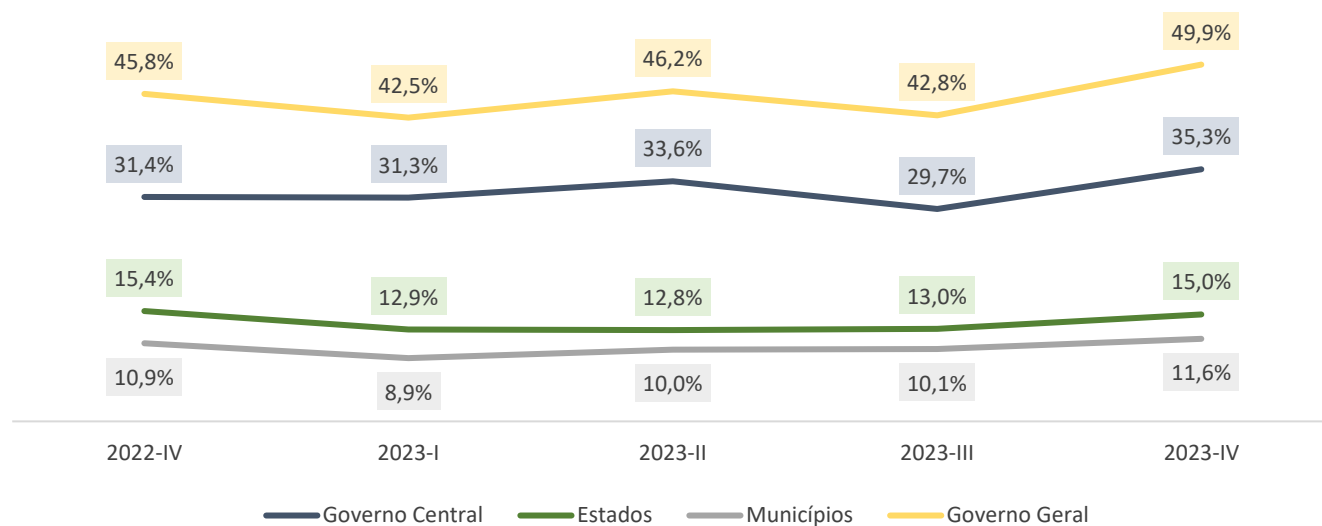


Gráfico 19. Evolução dos componentes da despesa: gasto e investimento do Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB

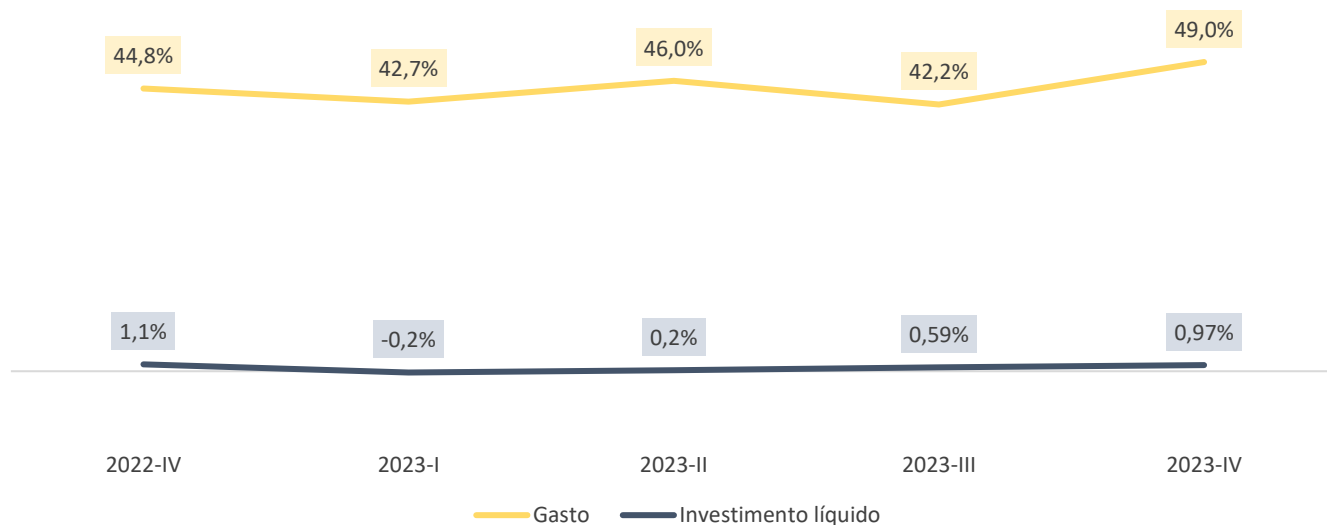


Gráfico 20. Composição do gasto do Governo Geral - Brasil - 2022 e 2023
 Dados em: % PIB
 Fonte: STN, IBGE e BCB

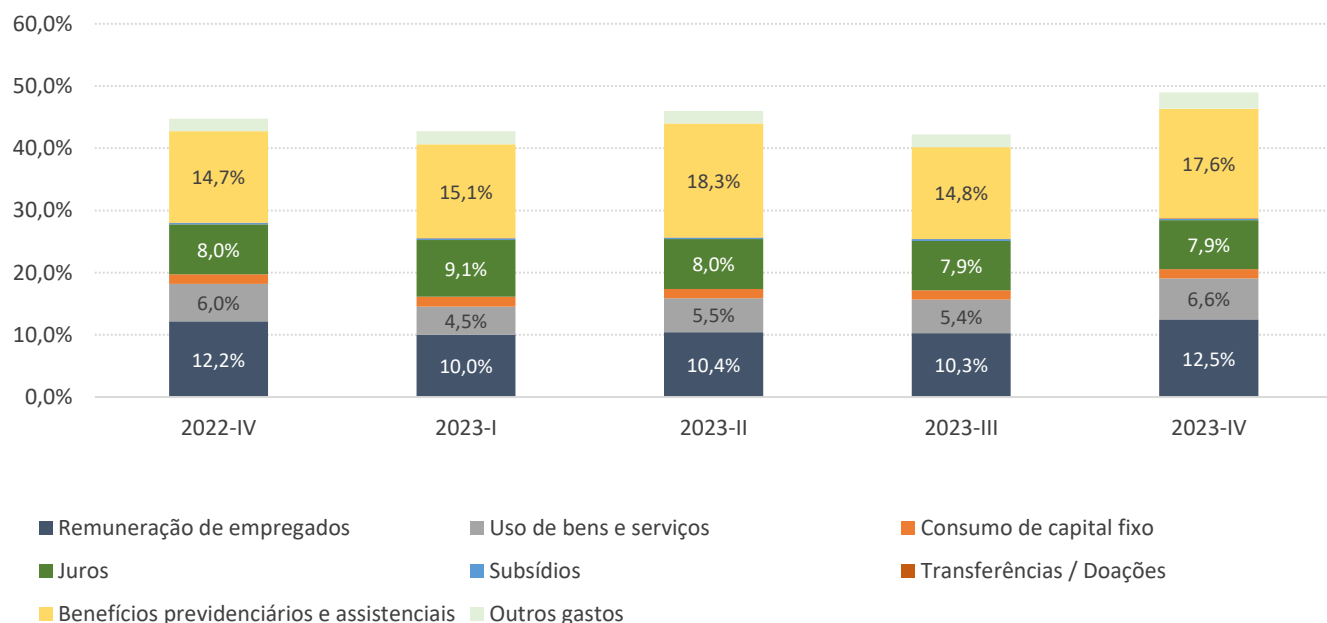


Gráfico 21. Evolução do investimento líquido por esfera de governo - Brasil - 2022 e 2023

Dados em: % PIB

Fonte: STN, IBGE e BCB

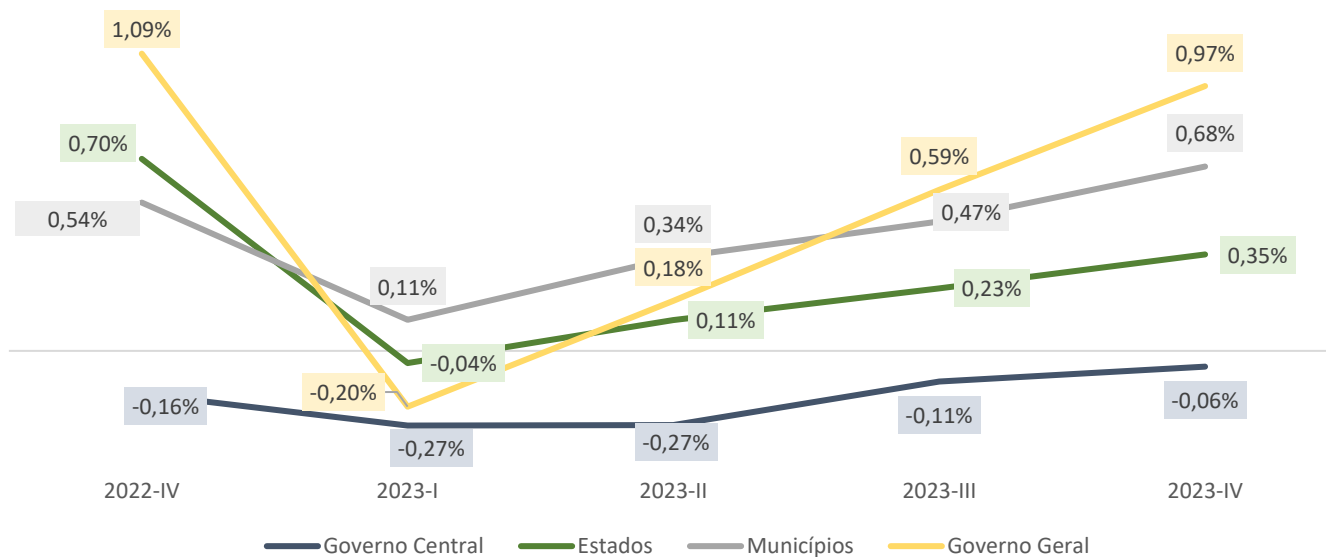


Gráfico 22. Composição do investimento bruto em ativos fixos (FBCF¹) do Governo Geral - Brasil - 4º trimestre de 2023

Dados em: % Total

Fonte: STN, IBGE e BCB



(1) FBCF: Formação Bruta de Capital Fixo.

3. Notas Metodológicas

Apresentação

Este boletim apresenta as estatísticas de finanças públicas do governo geral (governo central, governos estaduais e municipais) com periodicidade trimestral. As informações aqui apresentadas são compiladas e apresentadas de acordo com a metodologia do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014 do Fundo Monetário Internacional-FMI – MEFP 2014 (em inglês, *Government Finance Statistics Manual – GFSM 2014*). Todas as estatísticas são apresentadas na estrutura do Demonstrativo de Operações, que é um resumo das transações do governo apresentando detalhes das receitas, gastos e investimento líquido em ativos não financeiros.

As Estatísticas de Finanças Públicas - EFPs são um conjunto de conceitos e princípios desenvolvidos pelo FMI com o objetivo de proporcionar um arcabouço conceitual que facilite a análise da política fiscal e possibilite quantificar as ações do governo. As EFP são uma representação econômica da atividade financeira do governo.

As informações são compiladas no âmbito dos Acordos de Cooperação Técnica firmados entre STN e IBGE e STN e IPEA, com o objetivo central de aperfeiçoar as estatísticas fiscais no Brasil no sentido da convergência com os conceitos e metodologias estabelecidas pelo GFSM 2014 do FMI. Neste caso, o objetivo principal é construir agregados econômicos harmonizados internacionalmente – permitindo a comparação entre países – e com o Sistema de Contas Nacionais – possibilitando uma análise mais precisa das relações entre as variáveis fiscais e as econômicas.

Em virtude de questões metodológicas abordadas ao final deste documento, as informações aqui apresentadas correspondem a uma estimativa das finanças do governo geral para o período em análise. Estes números serão revistos e substituídos ao longo dos próximos meses. Os dados definitivos serão apresentados na publicação “Estatísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo”, com periodicidade anual. Esta é uma publicação conjunta do Tesouro Nacional e do IBGE que garante a consistência entre os sistemas de contas nacionais e de Estatísticas de Finanças Públicas.

Abrangência

Nesta publicação é considerado o setor institucional governo geral que compreende todas as unidades de governo (central, estaduais e municipais) e os fundos de previdência social controlados por essas unidades.

Governo Central

O governo central é composto por todas as unidades que integram o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, exceto o Banco Central do Brasil que, dadas suas características, compõe o subsetor de corporações públicas financeiras.

Governos subnacionais (estados e municípios)

A abrangência dos governos estaduais compreende os órgãos da administração direta e entidades da administração indireta (autarquias, fundações, fundos especiais, empresas estatais dependentes), de todos os poderes públicos, das unidades administrativas de 26 estados e do Distrito Federal.

No caso dos governos municipais, compreende as unidades administrativas dos 5.570 municípios. O processo de coleta de dados corresponde a aproximadamente 90% da cobertura total. Desta forma, práticas estatísticas são aplicadas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios.

Fontes e metodologia

Bases de dados

A fonte primária para a obtenção dos dados do governo central é o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Para a obtenção de dados dos estados e do Distrito Federal a fonte primária é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - Siconfi. Este banco de dados compila informações contábeis e orçamentárias de todas as unidades da federação, sendo que no presente trabalho foram extraídas, em especial, informações sobre receitas e despesas orçamentárias, bem como dados sobre a execução de restos a pagar, além das respectivas contas patrimoniais.

A partir de 2019 a fonte primária dos dados utilizados para os governos estaduais é a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), que consiste em uma grande massa de dados extraída pelos entes da federação diretamente dos seus sistemas contábil-financeiros e encaminhados ao Siconfi. Em casos específicos, foram realizadas consultas aos portais de transparência fiscal ou sítios das secretarias estaduais de fazenda para garantia da consistência das informações com as fontes de dados utilizadas.

No caso dos municípios a fonte primária para obtenção de dados também é o Demonstrativo de Contas Anuais disponível no Siconfi. Apesar da exigência legal, uma proporção inferior a 10% dos municípios não cumpre com o processo de envio de dados. Desta forma são aplicadas técnicas estatísticas para extrapolar a cobertura ao conjunto de municípios. Tal metodologia utiliza dados de outras fontes, tais como portais

de transparência e outras plataformas de governo. A partir de 2022, assim como ocorreu para os governos estaduais, a fonte primária dos dados utilizados para os governos municipais é a MSC.

Um ajuste adicional realizado foi o acréscimo nas receitas de contribuições sociais dos valores líquidos de contribuições patronais para financiamento do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Esse procedimento se fez necessário devido à necessidade de se equilibrarem os valores entre as despesas com contribuições sociais dos empregadores do Plano de Seguridade Social do Servidor - PSS e as receitas de contribuições ao empregador.

Outra fonte complementar de informação são as informações de receitas e despesas de juros das três esferas de governo em análise. Como o Banco Central do Brasil é o órgão responsável pela produção e disseminação de estatísticas sob a ótica de financiamento, os dados destas contas são fornecidos diretamente pelo Banco. Destaca-se, como exceção, a obtenção (via FINBRA) das receitas de juros dos municípios brasileiros para o período estudado nesta publicação. No que se refere às informações de juros do governo central, destaca-se que até 2019 inclui os juros nominais das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais realizadas pelo Banco Central, conforme equalização das perdas/ganhos prevista na Lei nº 11.803/2008. A partir de 2020, conforme Lei 13.820/2019, o resultado dessas operações não afeta os juros nominais do governo central.

Por fim, os valores de consumo de capital fixo do governo geral são calculados e fornecidos pelo IBGE e adotados pela STN.

Base de registro

O fluxo de receitas de todas as esferas foi classificado pelo conceito de caixa, ainda que o GFSM 2014 determine a adoção de critério de competência. A razão para esta escolha é que o registro das receitas pelo critério de competência possui considerável grau de incerteza em relação a sua efetiva arrecadação, além de requerer estimativas da base de cálculo dos tributos a partir de variáveis macroeconômicas. Do lado das despesas, foi considerado para todas as esferas o conceito de despesa liquidada, que representa o total empenhado e liquidado pelas unidades executoras dos respectivos entes, somado aos restos a pagar não processados liquidados. Cabe destacar ainda que, no início da série histórica, na indisponibilidade desta última informação, às despesas liquidadas dos governos estaduais e municipais foram adicionados os pagamentos de restos a pagar não processados inscritos em exercícios anteriores de modo a se criar uma proxy do regime de competência, uma vez que esse tipo de restos a pagar ao serem pagos foram, em algum momento, obrigatoriamente liquidados.

O GFSM 2014 também inclui o Demonstrativo de Operações de Caixa no qual as estatísticas de fluxos devem ser apuradas no regime de caixa. Este é um demonstrativo adicional cujo objetivo principal, ao

contrário dos demais demonstrativos, não é avaliar a sustentabilidade fiscal do governo, mas sua liquidez, além de medir o impacto das operações de governo sobre a demanda agregada.

Consolidação

Consolidação é um método de apresentação das estatísticas fiscais que implica tratar um conjunto de unidades como se uma única unidade fosse. Todas as transações cruzadas devem ser eliminadas para efeito de consolidação em um nível maior de agregação, com destaque especial para as contas contábeis relativas a transferências e juros. Assim, para que possa ser feita uma análise no nível de cobertura de governo geral, deve ser realizada primeiramente a consolidação dos dados de governo central, estados e municípios de modo a gerar dados de governo geral em bases consistentes e sem duplicidade de valores. Para não incorrer em perda de informações analíticas, o GFSM 2014 recomenda a publicação dos dados das esferas em separado e na forma consolidada.

Apesar de esse ser o tratamento preconizado pelo GFSM 2014, dificilmente os distintos setores registram corretamente todas as transações envolvendo as diferentes partes, o que obriga o compilador de estatísticas fiscais a adotar procedimentos específicos para tratamento dos dados. Um passo anterior à consolidação final diz respeito ao tratamento da discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais. Essa discrepância é ajustada proporcionalmente nos valores de receita de transferências dos governos regionais, de modo a igualar os fluxos de receitas e despesas de transferências. Posteriormente, com o intuito de manter os valores da receita total dos entes, o valor incluído nas transferências é deduzido de outras receitas. Assim, a premissa adotada foi a de que não deve haver impacto fiscal quando da realização dos ajustes de consolidação. Ou seja, partiu-se do pressuposto de que as esferas subnacionais realizam todos os seus registros contábeis, mesmo que de maneira não aderente às melhores práticas de contabilidade.

Indicadores GFS

Demonstrativo de Operações

Dois importantes resultados analíticos derivam do Demonstrativo de Operações do Governo. São eles:

a) Resultado Operacional Líquido: corresponde a receita menos gasto. É um indicador sintético da sustentabilidade corrente das operações do governo e capta todos os custos correntes de operações governamentais. Deve-se notar que o resultado operacional líquido, tal como definido aqui, exclui ganhos e perdas resultantes de variações dos níveis de preço e outras variações do volume de ativos.

b) Resultado Operacional Bruto: difere do resultado operacional líquido por não incluir o consumo de capital fixo como gasto.

c) Capacidade / Necessidade líquida de financiamento: corresponde ao resultado operacional líquido deduzido da aquisição líquida de ativos não financeiros. É um indicador sintético que revela a medida em que o governo coloca recursos financeiros à disposição de outros setores da economia ou utiliza os recursos financeiros gerados por outros setores. Pode, portanto, ser visto como indicador do efeito financeiro da atividade governamental sobre o resto da economia. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de capacidade / necessidade líquida de financiamento primária.

Demonstrativo de Operações de Caixa

O Demonstrativo de Operações de Caixa evidencia a quantia total de caixa gerada ou absorvida por operações correntes; transações com ativos não financeiros; e transações envolvendo ativos e passivos financeiros distintos do próprio caixa. A variação líquida da posição de caixa do governo é a soma do caixa líquido recebido dessas três fontes. As informações a respeito das fontes e usos de caixa são importantes para se avaliar a liquidez do setor governo geral. O indicador fornecido por este demonstrativo é:

a) Superávit / Déficit de caixa: é um indicador que evidencia a necessidade de fluxo de caixa de um setor. Quando é superavitário reflete a disponibilidade de caixa do governo para aumentar seus ativos financeiros ou diminuir o seu passivo. Quando é deficitário, reflete a necessidade de caixa do governo. Excluindo-se as receitas e despesas de juros obtém-se o indicador de superávit / déficit de caixa primário.

Embora o Demonstrativo de Operações de Caixa não esteja disponibilizado neste boletim, seus dados estão disponíveis nas tabelas presentes no portal do Tesouro Nacional, no seguinte endereço:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Revisões

As revisões serão realizadas a cada trimestre, conforme necessário, como resultado de atualização de base de dados, correções e tratamentos metodológicos.

Principais revisões/alterações metodológicas:

Em 2017 foi realizado ajuste metodológico em relação ao tratamento conferido ao Fundo Constitucional Distrito Federal - FCDF que, anteriormente, era incorporado nas despesas do governo central. Os valores das despesas do FCDF passaram a ser registrados no âmbito dos governos estaduais, com o correspondente registro de transferência do governo central.

Em 2018 foi incluído o tratamento para despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que passam a ser incorporadas como transferência de capital às famílias (despesa do governo central orçamentário), correspondente ao índice de inadimplência da carteira (superior a 360 dias) aplicado sobre o

volume corrente de desembolsos dos financiamentos em contratos sem garantia do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) ou do Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), ambos fundos de natureza privada com patrimônio constituído.

Em 2019, visando o alinhamento às práticas internacionais de finanças públicas, se promoveu a alteração do registro do Imposto sobre a Renda e Proventos arrecadado pelos estados e municípios para o governo central. Esta alteração busca atender orientação expressa no GFSM 2014, parágrafo 5.34, que indica que o imposto deve ser atribuído à unidade de governo que exerce a autoridade para impor o imposto e definir suas alíquotas. Por se tratar de imposto de competência federal, conforme estabelece o inciso III do Art. 153 da Constituição Federal, o atendimento da recomendação indica o registro na esfera federal. Anteriormente essa arrecadação era mantida nas esferas subnacionais, conforme os valores registrados no Si-confi. A alteração de 2019 mudou o tratamento para toda a série histórica.

Para adequar os lançamentos desta arrecadação foram realizados os seguintes ajustes: 1) na esfera federal os valores das arrecadações de estados e municípios foram lançados como receita de impostos sobre a renda e o mesmo valor como despesa de transferência intergovernamental; 2) nos estados e municípios os valores arrecadados foram reclassificados de impostos sobre a renda para receita transferências intergovernamentais. Esta alteração metodológica não gera impacto nos saldos das tabelas de finanças públicas.

Em 2020, foram realizadas alterações no Demonstrativo de Operações, o qual apresenta detalhes das transações de receita e gasto, bem como o investimento líquido em ativos não financeiros. Na estrutura anterior o conceito de despesa era atribuído ao que, agora, denomina-se gasto. A mudança de nomenclatura foi introduzida a fim de transmitir de maneira mais clara os conceitos do marco metodológico do GFSM 2014. Assim, essa alteração visa evidenciar a diferença entre as transações que resultam em uma diminuição do patrimônio líquido e aquelas que não o modificam, enquanto as transações que não alteram o patrimônio líquido compõem o investimento. As despesas passam, portanto, a serem entendidas como a soma dos gastos e do investimento líquido.

A estrutura do Demonstrativo de Operações também foi reorganizada para evidenciar o principal indicador derivado do marco analítico do MEFP 2014 que é a capacidade / necessidade líquida de financiamento.

Adicionalmente, foi realizado um ajuste na metodologia de consolidação. A discrepância entre o total de receitas e despesas intergovernamentais passou a ser considerada no total das 3 esferas. A metodologia é explicada no item “3.3.3 Consolidação”. Maiores informações estão disponíveis na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral* disponível no site do Tesouro Nacional

em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Em 2024, foram realizados os seguintes aperfeiçoamentos metodológicos⁵: i) alteração do tratamento estatístico do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e do Fundo Remanescente do PIS-PASEP, com a mudança de setorização para o setor corporações públicas financeiras e consequentemente a exclusão de seus fluxos das estatísticas fiscais do governo geral; ii) revisão do tratamento da contribuição social imputada, rubrica da despesa que reflete o aumento das obrigações previdenciárias do governo frente a seus trabalhadores. Ela corresponde à parcela do aumento do passivo atuarial no período que não é coberta pelas contribuições sociais efetivas ou explicada por outros fluxos econômicos. Em virtude da atual dificuldade de registro do passivo previdenciário nas estatísticas fiscais, a partir desta publicação, optou-se por não registrar as contribuições sociais imputadas dos empregadores, tendo em vista que a forma atual de registro não reflete o cálculo atuarial dos direitos pensionários; e iii) introdução de novas tabelas de apresentação das estatísticas de finanças públicas em arquivo separados por esferas: Demonstrativos GG (governo geral), Demonstrativos GCO (governo central orçamentário), Demonstrativos GE (governos estaduais) e Demonstrativos GM (governos municipais). Essa alteração foi acompanhada da ampliação das aberturas dos dados trimestrais para os governos estaduais e municipais. Todas essas mudanças foram implementadas para toda a série histórica, garantindo a consistência intertemporal das informações.

Estes aperfeiçoamentos metodológicos estão detalhados na *Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral*, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Comparações com outras estatísticas fiscais

Os resultados aqui apresentados não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como, por exemplo, as estatísticas fiscais divulgadas no Resultado do Tesouro Nacional (RTN), que observam aspectos metodológicos específicos.

O RTN, publicado mensalmente desde 1995, foi estruturado com base no GFSM 1986. Este manual tinha como objetivo ajudar os países membros na compilação de informações estatísticas, facilitando a análise das operações dos governos e o impacto econômico de suas atividades. As estatísticas de finanças públicas aqui apresentadas são elaboradas de acordo com a metodologia definida GFSM 2014. Uma vez que

⁵ Para maiores informações acesse a Nota Metodológica - Revisão Metodológica das Estatísticas Fiscais do Governo Geral, disponível no site do Tesouro Nacional em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

se baseiam em edições diferentes do manual, existem diferenças conceituais entre as duas publicações. Para maiores informações sobre essas diferenças, acesse a *Nota Metodológica - Comparativo entre as Estatísticas do Resultado do Tesouro Nacional – RTN e as Estatísticas Fiscais elaboradas de acordo com a metodologia do GFSM 2014*, disponível em <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/notas-metodologicas-de-estatisticas-fiscais-do-governo-geral>.

Da mesma forma, as estatísticas dos governos subnacionais apresentadas neste boletim não se confundem com as informações contidas no “Boletim de Finanças Públicas dos Entes Subnacionais” que são produzidas no âmbito do Programa de Ajuste Fiscal (PAF), cujo principal objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Programas de Ajuste estabelecidos como decorrência do processo de Renegociação das Dívidas dos estados.

Fontes externas e publicações relacionadas

Estatísticas Fiscais do Governo Geral:

<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/estatisticas-fiscais-e-planejamento/estatisticas-fiscais-do-governo-geral>

Manual de Estatísticas Fiscais:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-estatisticas-de-financas-publicas-mefp/2015/30>

Government Finance Statistics Manual 2014:

<http://www.imf.org/external/Pubs/FT/GFS/Manual/2014/gfsfinal.pdf>